

**GLOBAL FINANÇAS - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A
EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA.**

Praça da Matriz, nº 34, sala 39, Bairro Centro, Americana, São Paulo, CEP 13.465-019.

CNPJ: 11.165.756/0001-07

Demonstrações Contábeis Individuais em 30 de junho de 2026

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas.

Obs.: De acordo com as normas vigentes, devem ser auditadas por auditores independentes as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as sociedades de crédito ao microempendedor.

Demonstrações divulgadas em 31/08/2026 no site:

<http://globalscm.com.br/>.

A Diretoria da **Global** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Paulo Sérgio Consulin
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, PAULO SÉRGIO CONSULIN, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Agosto de 2026

Paulo Sérgio Consulin
Diretor Responsável

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: A Global Finanças - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte LTDA, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, PAULO SÉRGIO CONSULIN, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Agosto de 2026

Paulo Sérgio Consulin
Diretor Responsável

GLOBAL FINANCAS - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA
CNPJ 11.165.756/0001-07
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 JULHO DE 2026

BALANÇO PATRIMONIAL							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
ATIVO	NE	30/06/2026	31/12/2025	PASSIVO	NE	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE		12.491	4.982	CIRCULANTE		7.503	3.175
Disponibilidades		303	269	Depósitos	11	7.367	3.004
				Outros Depósitos		7.367	3.004
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	7.350	3.376				
Títulos Públicos Federais – No País		7.350	3.376				
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	6	3.586	12				
Carteira Própria - Vinculados ao Bacen		12	12	Obrigações por empréstimo	12	25	21
Vinculados ao Banco Central		3.574	0	Empréstimos no País - Outras Instituições		25	21
Relações Interfinanceiras	7	96	548				
Conta de Pagamento Instantâneo		96	548	Outras obrigações	13	111	150
Operações de crédito	8	89	186	Cobrança e arrec. de tributos		4	0
Operações de crédito		118	205	Sociais e estatutárias		92	92
(-) Receitas Diferidas - TJEO Diferenciada		-1	-2	Fiscais e previdenciárias		15	58
(-) Perda Incorrida Associada ao Risco de Crédito		-26	-13				
(-) Provisão Adicional		-2	-4				
Outros créditos	9	1.067	591	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	5.045	1.877
Diversos		1.067	591	Capital Social		6.050	1.877
NÃO CIRCULANTE		57	70	Capital		2.550	2.550
Imobilizado	10	57	70	Aumento Capital		3.500	0
Outras Imobilizações de Uso		305	305	Reserva de Lucros		0	0
(-) Depreciações Acumuladas		-248	-235	Lucros/Prejuízos acumulados		-1.005	-673
TOTAL DO ATIVO		12.548	5.052	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		12.548	5.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL FINANCAS - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA
CNPJ 11.165.756/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	NE	30/06/2026	30/06/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>574</u>	<u>536</u>
Operações de crédito	15	25	207
Rendas aplicação interfinanceira	16	516	0
Resultado com Aplicação Interfinanceiras de Liquidez		0	288
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	18	33	41
 DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		 <u>-58</u>	 <u>-25</u>
Operações de empréstimos e repasses	19	-47	-10
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		-11	-15
 RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		 <u>516</u>	 <u>511</u>
 OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		 <u>-848</u>	 <u>-554</u>
Receitas de prestação de serviços	17	342	607
Reversão Provisão	18	0	175
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	18	7	11
Outras despesas administrativas	20	-1.494	-1.317
Despesas tributárias	21	-64	-73
Outras Receitas Operacionais	18	361	43
Outras despesas operacionais		0	0
 RESULTADO OPERACIONAL		 <u>-332</u>	 <u>-43</u>
 RESULTADO NÃO OPERACIONAL		 <u>0</u>	 <u>0</u>
 RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		 <u>-332</u>	 <u>-43</u>
 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		 <u>0</u>	 <u>0</u>
Provisão para imposto de renda		0	0
Provisão para contribuição social		0	0
 LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		 <u>-332</u>	 <u>-43</u>
Lucro por ação		(0,1302)	(0,0430)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

GLOBAL FINANCAS - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA
CNPJ 11.165.756/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	30/06/2026	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	-332	-43
Outros Resultados Abrangentes	0	14
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	0	0
Apuração de Resultado		
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	-332	-29
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

GLOBAL FINANÇAS - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA
CNPJ 11.165.756/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de Dezembro 2025	2.550	-	-	-	-	(673)	1.877
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	-	-	-	3.500	-	-	3.500
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	(332)	(332)
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho 2026	2.550	-	-	3.500	-	(1.005)	5.045
Mutações do Exercício	-	-	-	3.500	-	(332)	3.168

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de Dezembro 2024	2.550	-	-	-	-	(979)	1.571
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	14	(43)	(29)
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho 2025	2.550	-	-	-	-	(1.022)	1.542
Mutações do Exercício	-	-	-	-	-	(43)	(29)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



GLOBAL FINANCAS - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA
CNPJ 11.165.756/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	30/06/2026	30/06/2025
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
1.1 Lucro/Prejuízo do período	-332	-43
1.2 Ajustes por Depreciação	13	13
1.3 Ajustes por Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	11	-176
1.4 Ajustes Realizados em Operações de Crédito	0	14
2. Variação de Ativos e Obrigações	-3.551	585
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	-3.574	439
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Relações Interfinanceiras	452	-148
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	86	296
2.4 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-476	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	-39	0
2.6 Aumento (Redução) Diversos	0	-2
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-3.859	293
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	0	0
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	7.867	-227
5.1 Depósitos	4.363	-200
5.2 Empréstimos País	4	-27
5.3 Capital Social	3.500	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	4.008	66
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.645	2.620
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	7.653	2.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DO SEMESTRE
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Global Finanças Soc. de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda, constituída em 11 de setembro de 2009, tem por objeto a concessão de crédito a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, equiparando-se às instituições financeiras para efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução vigente estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A GLOBAL FINANÇAS, avaliou os eventos subsequentes até o dia 20 de agosto de 2026, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito: As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma "pro rata" dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar.

f) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 352 do e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias: as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 12%.

k) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021

a) Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

TIPO DE ATIVO	MODELO DE NEGÓCIO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado
Cdb's	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d) Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e) Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f) Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) Provisão para Perdas Esperadas**Operações de Crédito**

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h) Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i) Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;

- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2026 as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas Títulos Públicos Federais, e estão representados pelo montante de R\$ 7.350, classificados como “Títulos Públicos Federais”, conforme abaixo;

APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	30/06/2026	31/12/2025
Títulos públicos federais – no país	7.350	3.376
Títulos públicos federais – no país	7.350	3.376

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O saldo de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos é composto de créditos da seguinte forma;

	30/06/2026	31/12/2025
TÍTULOS DE RENDA FIXA	3.586	12
Saldo contábil bruto	12	12
Vinculados ao banco central	3.574	0

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

O saldo de Relações Interfinanceiras é composto de créditos vinculados ao Banco Central do Brasil da seguinte forma;

	30/06/2026	31/12/2025
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	96	548
Banco central – pix- conta de pagamento	96	548

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pela sua Classificação por Carteira (C1 a C5), faixa de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas do mercado. A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021.

a) Sendo a classificação das operações de crédito a seguinte;

30/06/2026

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	74	0	74
Títulos descontados	44	0	44
Saldo contratual	118	0	118
(-) Rd - tjeo diferenciada	1	0	1
(-) Receita a apropriar	1	0	1
(-) Perda incorrida associada ao risco de crédito	26	0	26
(-) Provisão adicional	2	0	2
(-) Provisão de perdas	28	0	28
Saldo contábil líquido	89	0	89
Classificação contábil	Custo Amortizado		

31/12/2025

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	111	0	111
Títulos descontados	94	0	94
Saldo contratual	205	0	205
(-) Rd - tjeo diferenciada	2	0	2
(-) Receita a apropriar	2	0	2
(-) Perda incorrida associada ao risco de crédito	13	0	13
(-) Provisão adicional	4	0	4

(-) Provisão de perdas	17	0	17
Saldo contábil líquido	186	0	186
Classificação contábil	Custo Amortizado		

b) Sendo sua Composição da Carteiras de Operações de Crédito a seguinte;

	30/06/2026	31/12/2025
COMPOSIÇÃO DE CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	118	205
Empréstimos	74	111
Capital de giro	54	111
Crédito pessoal – sem consignação	20	0
Direitos creditórios descontados	44	94
Direitos creditórios descontados	44	94

c) Sendo a Classificação por estágios de Risco de Crédito a seguinte;

	30/06/2026	31/12/2025
CLASSIFICAÇÃO POR ESTÁGIOS DE RISCO DE CRÉDITO	118	205
Metodologia simplificada – ativos não problemáticos	64	202
Empréstimos e direitos creditórios	64	202
Empréstimos e direitos creditórios	64	202
Metodologia simplificada – ativo problemáticos	54	23
Empréstimos e direitos creditórios	54	23
Empréstimos e direitos creditórios	54	23

d) Sendo a Classificação por Carteiras de Crédito a seguinte;

	30/06/2026
CLASSIFICAÇÃO POR CARTEIRAS DE PROVISÃO	118
Carteira c1	20
Não problemáticos	20
De 0 a 14 dias de atraso	1
De 15 a 30 dias de atraso	7
De 61 a 90 dias de atraso	11
Carteira c3	44
Não problemáticos	44

De 0 a 14 dias de atraso	44
Carteira c4	54
Não problemáticos	0
Problemáticos inadimplidos	54
Inadimplido – período igual ou maior que 1 e menor que 2	44
Inadimplido – período igual ou maior que 7 e menor que 8	2
Inadimplido – período igual ou maior que 14 e menor que 15	7
Inadimplido – período igual ou maior que 20 e menor que 21	1

31/12/2025

CLASSIFICAÇÃO POR CARTEIRAS DE PROVISÃO	205
Carteira c3	94
Não problemáticos	94
De 0 a 14 dias de atraso	94
Problemáticos inadimplidos	0
Inadimplido – período igual ou maior que 21 meses	0
Empréstimos e direitos creditórios	0
Carteira c4	
Não problemáticos	86
De 0 a 14 dias de atraso	81
De 31 a 60 dias de atraso	5
Problemáticos inadimplidos	23
Inadimplido – período igual ou maior que 1 e menor que 2	6
Inadimplido – período igual ou maior que 3 e menor que 4	9
Inadimplido – período igual ou maior que 8 e menor que 9	7
Inadimplido – período igual ou maior que 20 e menor que 21	1

9. OUTROS CRÉDITOS

Abaixo a composição dos Outros Créditos;

	30/06/2026	31/12/2025
DIVERSOS	1.067	591
Impostos e contribuições a compensar	106	64
Devedores diversos - país	961	527

10. IMOBILIZADO DE USO

O ativo permanente da instituição é composto por instalações, móveis e equipamentos de uso com taxa de depreciação de 10% a.a., e sistema de processamento de dados e equipamentos de comunicação com taxa de depreciação de 20% a.a. conforme quadro abaixo;

	30/06/2026	31/12/2025
IMOBILIZADO	57	70
Instalações	111	111
Móveis e equipamentos	194	194
(-) Depreciações acumuladas	-248	-236

11. DEPÓSITOS

Se refere a registros dos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, que se constituem patrimônio separado e que não se confunde com o da instituição de pagamento, conforme art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, instrução normativa BCB.

Abaixo a composição dos depósitos;

OUTROS DEPÓSITOS	30/06/2026	31/12/2025	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL
Contas de pagamento pré-paga	7.367	3.004	Custo Amortizado
Saldos de livre movimentação	7.367	3.004	Custo Amortizado

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

O saldo de R\$ 25 mil em obrigações por empréstimos é composto inteiramente por Obrigações por Empréstimos no País.

	30/06/2026	31/12/2025
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	25	21

Obrigações por empréstimos no país

25

21

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

A evolução de saldo reflete o aumento no volume de operações assim como saldos a regularizar referente as mesmas;

	30/06/2026	31/12/2025
OUTRAS OBRIGAÇÕES	111	150
Cobrança e arrecadação de tributos	4	0
Sociais e estatutárias	92	92
Fiscais e previdenciários	15	58
Diversas	0	0

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

*valores expressos

em reais

Capital Social

O capital social subscrito é de R\$ 2.550.000,00 e o valor referente a Aumento de Capital é de R\$ 3.500.000,00, totalizando R\$ 6.050.000,00 em 30 de junho de 2026.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

A Instituição apurou um prejuízo no valor R\$ 331.681,76 no semestre encerrado em 30 de junho de 2026. Somado ao saldo devedor de exercícios anteriores de R\$ 673.450,39, o saldo final de prejuízos acumulados encerrou em R\$ 1.005.132,15.

15. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo a composição de Operações de Crédito;

	30/06/2026	30/06/2025
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	25	207
Renda de empréstimos	17	195

RENTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DESCONTADOS	8	12
--	----------	-----------

16. RECEITAS DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo a composição da Receita de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários;

	30/06/2026	30/06/2025
RECEITAS COM APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	516	0
Renda de aplicações interfinanceiras de liquidez	416	0
Rendas de títulos e valores mobiliários	100	0

17. RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abaixo a composição da Receita com Prestação de Serviços; Expresso em Reais

	30/06/2026	30/06/2025
RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	342	607
Receita de tarifa – PN e MEI	25	2
Receita de tarifa - PJ	75	58
Receita de outros serviços	242	547

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Abaixo a composição da Receita com Outras Receitas Operacionais; Expresso em Reais

	30/06/2026	30/06/2025
RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	401	269

Lucros em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	33	41
Recuperação de ativos financeiros baixados como prejuízo	7	11
Rendas de crédito vinculados ao banco central	361	42
Reversão de provisão para risco de crédito	0	175

19. DESPESAS DE OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Abaixo a composição das Despesas de Obrigações Por Empréstimos e Repasses;

	30/06/2026	30/06/2025
DESPESAS DE OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO E REPASSES	47	10
Despesas de empréstimos no país – outras instituições	47	10

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Abaixo a composição das Despesas Administrativas;

	30/06/2026	30/06/2025
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.494	1.317
Despesas de aluguéis	2	6
Despesas de comunicações	7	6
Despesas de pessoal – benefícios	0	3
Despesas de remuneração de estagiários	11	0
Despesas de processamento de dados	716	660
Despesas de propaganda e publicidade	1	1
Despesas de serviços do sistema financeiro	454	191

Despesas de serviços de terceiros	135	122
Despesas de serviços técnicos especializados	81	93
Despesas de transporte	15	2
Outras despesas administrativas	60	136
Despesas de depreciação	12	12

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Abaixo a composição das Outras Despesas Operacionais:

	30/06/2026	30/06/2025
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	64	73
DESPESAS DE CONTRIBUIÇÃO PARA A COFINS	39	36
DESPESAS DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	8	8
Iss	17	29

22. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as

decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

23. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basiléia) de reais)

(Em milhares

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 31,23% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de junho de 2026 em R\$ 1.544.867,85.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30/06/2026 foi autorizada pelos sócios da GLOBAL FINANÇAS - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA., em 20 de agosto de 2026.